

DAS ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA DISCUSSÃO SOBRE MERCADOS INSTITUCIONAIS E REDES LOCAIS DE ABASTECIMENTO

LUIZ FELIPE WASSMANSDORF¹; GIANCARLA SALAMONI²

¹Universidade Federal de Pelotas – Bolsista PBAF lfw.geo@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – Professora Titular do DEGEO- gi.salamoni@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A alimentação das cidades, independentemente de sua dimensão em área e de suas dinâmicas demográficas, relacionam-se a diversas tramas de trocas interpessoais de produtos, técnicas e conhecimentos. Nessas relações de troca, materiais e/ou simbólicas, conseqüentemente, emerge uma gama de interações no âmbito da produção, circulação e consumo, logo, “não há troca que não esteja revestida de sentimentos relacionados à reciprocidade” (ANJOS; LEITÃO, 2009, p. 15). Muitas vezes, a troca/consumo dos produtos alimentícios possui “a identificação de uma ansiedade urbana contemporânea”, resultado de um modelo político econômico de globalização/padronização de mercadorias e consumo, palpáveis ao notarmos a “crescente industrialização da alimentação e homogeneização de produtos, práticas de consumo e gostos alimentares” (MENASCHE, 2015, p. 7).

Diante disso, a questão alimentar é um tema político, econômico, cultural e social, assim, diversos esforços acadêmico-científicos têm sido empreendidos na tentativa de encontrar respostas para enfrentar esta problemática. Com advento do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a Organização das Nações Unidas - ONU, através da FAO, direciona as estratégias políticas e científicas ao combate da fome/subnutrição nos países destruídos pela guerra. Nesse sentido, o meio técnico-científico-informacional passa a reger as relações de produção, circulação e consumo, iniciado nos anos de 1960 com a chamada Revolução Verde na agricultura mundial. Os principais reflexos desse processo são sentidos no meio produtivo, com a adesão da modernidade agrícola na produção de alimentos e commodities, reforçando a expansão das monoculturas em grandes propriedades e, conseqüentemente, aumentando o êxodo rural e o crescimento da população urbana (reforça-se esta dinâmica nos países ditos em desenvolvimento, com sua economia tensionada pelos produtos primários de exportação).

Por outro lado, a agricultura familiar é o principal fornecedor do mercado interno brasileiro (via centrais de abastecimento, mercados institucionais, mercados convencionais atacadistas e/ou no contato direto com o consumidor via feiras públicas), e, segundo dados (MAPA, 2018), por um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões, produzindo 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O segmento da agricultura familiar também é responsável por 60% da produção de leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. A agricultura familiar brasileira abastece boa parte da população do campo e das cidades, afirmando, assim, a importância de políticas públicas que garantam com segurança, aos agricultores e ao mercado, um planejamento nos processos de produção, distribuição e consumo, sobretudo, a um preço mínimo aos produtos das unidades familiares e a um preço acessível ao consumidor final.

2. METODOLOGIA

Por ser uma ciência de síntese, a Geografia, compreendida sob uma abordagem sistêmica, analisa o ambiente físico e as ações humanas de forma integrada, em diferentes escalas (CHRISTOFOLETTI, 1979). Esse método permite que o pesquisador defina as diversas singularidades de pigmentos a serem estudadas de acordo com os objetivos pretendidos na análise, partindo da ideia direcional de consideração das inter-relações entre os elementos, as quais influem direta ou indiretamente na organização do sistema. Tal metodologia, esboçada na perspectiva da Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy (1975), é apropriada pelos estudos agrários, conforme Mazoyer e Roudart (2010), a partir da segunda metade do século XX, no momento de reconfiguração global decorrente do final da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, José Alexandre Felizola Diniz (1984) é um dos geógrafos agrários que adotou o método sistêmico nos seus estudos, pensando a agricultura na forma de sistemas (internos e externos) para diagnosticar a realidade agrária e entender as dinâmicas presentes no espaço rural, através de tipologias sobre o sistema da agricultura.

A partir de uma aproximação teórico-metodológica com a proposta de Diniz (1984) e com a teoria dos sistemas agrários (MAZOYER; ROUDART, 2010; QUEIROGA, 2012; SILVA NETO; BASSO, 2005), esta pesquisa propõe a elaboração de Diagnósticos dos Sistemas Agrários (DSA), a serem aplicados nos estudos sobre agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O direcionamento das políticas públicas brasileiras, que alinhadas à lógica capitalista globalizada de mercado, favoreceu as grandes empresas/indústrias contribuindo com a desigualdade social, penalizou tanto o produtor familiar do rural quanto o consumidor urbano (qualidade, padronização e valor do alimento consumido). A orientação das relações na produção-circulação-consumo que delineou territórios/cidades/municípios especializados em um, ou mais, produtos agrícolas, resultou nas grandes distâncias entre os locais de produção e consumo, escolha que limita o desenvolvimento rural, na escala local.

O modelo vigente, de caráter produtivista e tecnicista, resulta nos grandes deslocamentos de produtos alimentícios, definidos como “canais longos” de comercialização. Este modelo se vincula ao meio técnico-científico-informacional moderno, “reafirmando os territórios especialistas, favorecendo o agronegócio, com o objetivo de garantir o lucro, através de isenções, mão de assalariada barata, onde sua maior característica consiste na homogeneidade/imediatismo/dependência” (DAROLT, 2013, p.140).

Por outro lado, há outro tipo de mercado denominado de “canais curtos” de comercialização, que promovem a agricultura familiar, a economia local, bem como, os produtos locais oriundos do mesmo território. Limons (2018) defende que:

Sua principal característica consiste na diminuição dos intermediários, garantindo assim a qualidade dos gêneros alimentícios que são entregues ao consumidor. Este canal de comercialização fornece uma relação maior entre sociedade e natureza, também incorporam esferas sociais caracterizados pela economia das unidades familiares, promovendo a segurança alimentar em escala local e regional. (LIMONS, 2018, p. 34)

Ainda não há uma definição consensual sobre o termo dos canais curtos de comercialização, sendo eles também entendidos como circuitos de proximidade

(AUBRI; CHIFFOLEAU, 2009), ou até mesmo circuitos locais (MARECHAL, 2008), salientando a ideia de canais que busquem a proximidade geográfica (encurtamento de distâncias/locomoção) entre rural e urbano, consumidor e produtor. Cabe ressaltar, que se adota nesse trabalho o conceito de canais curtos, de acordo com Pranke (2016) e Sacco dos Anjos et al. (2005), no qual a ideia geral dessa denominação é a de comercialização que busca a diminuição de atravessadores, garantindo a autonomia do agricultor familiar e, ao mesmo tempo, a construção do olhar crítico dos consumidores ao processo pelo qual percorre os alimentos até a mesa, conforme ressaltam Scarabelot e Schneider (2012). Além disso, os consumidores e agricultores obtêm vantagens com os custos de transporte, qualidade dos produtos e identificação com hábitos de consumo saudáveis e locais.

Darold (2013) define os circuitos curtos de comercialização em duas modalidades de classificação: venda direta e indireta. A venda direta é “realizada diretamente para o consumidor”, sendo assim, a venda é comumente feita diretamente nas propriedades, feiras e lojas de associações, feiras na beira de estrada, venda para grupos de consumidores, cestas à domicílio. A venda indireta é resultado da “mediação de um único intermediário na comercialização dos produtos” por lojas especializadas, lojas de cooperativas de produtores ecológicos, restaurantes, pequenos mercados de produtos naturais, lojas virtuais, programas do governo como Programa de Aquisição de alimentos- PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, que atuam para o fortalecimento da agricultura familiar e para permanência das famílias no campo (LIMONS, 2018).

4. CONCLUSÕES

Entende-se que as políticas públicas são vias de promoção do desenvolvimento rural, mas são, também, reflexos de um modelo de desenvolvimento que se materializa conforme o direcionamento e escopo da orientação ideológica adotada na sua concepção. Por essa razão, a análise dos programas de compras institucionais para a agricultura familiar, na perspectiva dos canais curtos indiretos de comercialização, como é o caso do PAA e do PNAE e das repercussões sobre a organização dos sistemas agrários locais é indispensável à avaliação crítica sobre as estratégias de desenvolvimento adotadas pelo Estado para o rural brasileiro.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, José dos; LEITÃO, Leonardo. **Etnodesenvolvimento e mediações político-culturais no mundo rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

AUBRI, C.; CHIFFOLEAU, Y. **Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles**. Innovations Agronomiques, v.5, p. 53-67, 2009.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Análise de sistemas em Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1979.

DAROLT, M. R. Circuitos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIERDLE, Paulo André, ALMEIDA, Luciano de., VEZZANI, F. M. (Orgs). **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170

DINIZ, José A.F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

GODOY, Wilson Itamar; SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. **As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização: Perspectivas e tendências**. Editora e Gráfica Universitária, Pelotas, 2005.

LIMONS, Camila Mendonça. **Canais Curtos de Comercialização e Agricultura Familiar: os programas institucionais do PAA e PNAE**. 2018. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura familiar do Brasil é a 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. Brasília, 2018. Acessado 19 de Ago de 2019. Online. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. Ed. Educagri, 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MENASCHE, Renata. **Saberes e Sabores da colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

PRANKE, L. V. **Mercados, Organizações Sociais e Agricultura Familiar: Os canais curtos de comercialização no município de Piratini-RS**. 2016, 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

QUEIROGA, Joel Leandro de. **Sistemas agrários: expressão das estratégias de reprodução da agricultura familiar na diversidade da região metropolitana de Curitiba**. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio; CORONA, Hieda Maria Pagliosa (Orgs.). **Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas ambientais na agricultura familiar**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012. p. 53-107

SCARABELOT, M., SCHNEIDER, S. **As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de nova Veneza/SC**. UFRGS, v.15, n. 20, Jan/Jun 2012, p. 101-130.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: uma análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.